

DE ACORDO COM O EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2026



SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SEGURANÇA
MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





GCM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE
RIBAMAR - MARANHÃO**

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL – SEGURANÇA
MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**

EDITAL DE ABERTURA Nº 003/2026

CÓD: OP-164AB-26
7908403592890

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Tipologia textual	9
3. Fonologia e Ortografia; Domínio da ortografia oficial	10
4. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão	13
5. Morfologia	14
6. Morfossintaxe: Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração; Orações Coordenadas e Subordinadas	20
7. Sinais de pontuação.....	21
8. Emprego do sinal indicativo de crase.....	23
9. Concordância Verbal e Nominal.....	23
10. Regras de acentuação.....	25
11. Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção; Uso dos porquês.....	26

Matemática

1. Conjunto dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Problemas, Operações e Propriedades. Potências e raízes.....	35
2. Sistema de numeração romana	47
3. Divisibilidade - múltiplos e divisores.....	49
4. Mínimo múltiplo comum e Máximo múltiplo comum.....	50
5. Problemas e Operações com polinômios. Produtos notáveis.....	50
6. Razão e Proporção. Número e grandezas	54
7. Regra de três simples e composta	55
8. Porcentagem.....	57
9. Juros Simples e Juros compostos.....	58
10. Sistema Monetário Brasileiro.....	60
11. Probabilidade.....	63
12. Funções exponenciais	65
13. Análise Combinatória.....	68
14. Matrizes e Determinantes	71
15. Equação do 1º grau. Equação do 2º grau.....	82
16. Progressão aritmética e geométrica	85
17. Equações logarítmicas, exponenciais e trigonométricas	89
18. Sistema Geral de Unidade de Medidas.....	93
19. Noções de Estatística: média aritmética simples e média ponderada.....	96
20. Geometria: Perímetro, Teorema de Pitágoras e área de figuras plana	97
21. Volume de sólidos geométricos: cubo, cilindro, paralelepípedo e prisma.....	100

Noções de Informática

1. Conceitos de Internet e intranet. Noções básicas de ferramentas, aplicativos de navegação. Navegadores web (Google Chrome, Edge e Mozilla)	109
2. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática	116
3. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para a edição de textos, planilhas e apresentações com a suíte de escritório LibreOffice. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice)	118
4. Conceitos e modos de utilização de sistema operacional Windows 10. Sistemas Operacionais: noções básicas, utilização e interfaces, gerenciamento e ferramentas de sistema (Linux e Windows)	127
5. Correio eletrônico	132
6. Noções básicas de segurança e proteção: vírus, worms e derivados	133
7. Hardware e Software	135
8. Backup: Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança	136
9. Redes de computadores	137

Conhecimentos Gerais

1. Noções básicas sobre o Estado e Município: aspectos históricos e geográficos, organização política, cultural, economia, educação, agricultura, pecuária, pesca, esporte, religião, saúde, comércio e turismo	153
2. Relacionamento interpessoal - comportamento profissional; Convivência com os superiores, com os colegas de trabalhos e com o público	156

Conhecimentos Específicos

Guarda Civil Municipal – Segurança Municipal De Fiscalização De Trânsito

1. Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014)	163
2. A Constituição Federal de 1988 (Artigos 1º ao 5º, 37 e 144)	165
3. Noções de hierarquia e disciplina	171
4. Noções de Direito Penal focado no Código Penal (arts. 14 a 18, 23 a 25, crimes contra o patrimônio nos arts. 155 a 180, e crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral nos arts. 312 a 327)	172
5. Estatuto da Criança e do Adolescente (Disposições Preliminares nos arts. 1º ao 6º, Da Prática de Ato Infracional nos arts. 103 ao 109, Do Conselho Tutelar nos arts. 131 ao 137 e Dos Crimes nos arts. 225 ao 244B)	180
6. Noções do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)	184
7. Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)	195
8. Lei Maria da Penha (art. 1º ao 8º)	199
9. Normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) aplicadas à fiscalização viária municipal	200
10. Noções sobre segurança individual, coletiva e de instalações	206
11. Noções de relações humanas, trabalho em equipe e relacionamento interpessoal	208
12. Comportamento profissional englobando atitudes no serviço	211
13. Qualidade no atendimento ao público, comunicabilidade, apresentação, atenção, cortesia, interesse, presteza, eficiência, tolerância, discricção, objetividade	213

ÍNDICE

14. Capacidade de liderança	216
15. Administração Pública com seu conceito.....	218
16. Poderes e deveres do administrador público	219
17. Organização administrativa brasileira abordando princípios, espécies, formas, características, concentração e desconcentração.....	220
18. Poderes Administrativos (vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia)	224
19. Atos Administrativos (conceitos, requisitos, atributos, classificação, motivação e invalidação)	231
20. A Lei Orgânica do Município de São José de Ribamar-MA.....	244

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

TIPOLOGIA TEXTUAL

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

AMOSTRA

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

FONOLOGIA E ORTOGRAFIA; DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

FONÉTICA E FONOLOGIA

Muitas pessoas acreditam que fonética e fonologia são sinônimos. No entanto, embora ambas pertençam à mesma área de estudo, apresentam diferenças significativas.

► Fonética

Segundo o Dicionário Houaiss, fonética “é o estudo dos sons da fala de uma língua”.

Isso significa que a fonética é um ramo da linguística que analisa os sons do ponto de vista físico e articulatório. Ou seja, preocupa-se com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros aspectos físicos da fala, sem considerar o conteúdo do que é dito.

Para representar cada som, utiliza-se o Alfabeto Fonético Internacional (AFI).

Em síntese, a fonética estuda os movimentos físicos — da boca, dos lábios, da língua etc. — envolvidos na produção dos sons, desconsiderando seu significado.

► Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Ou seja, a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.



MATEMÁTICA

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS. PROBLEMAS, OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

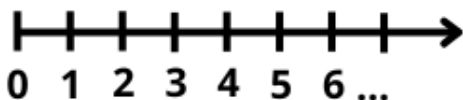
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}^p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}^i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

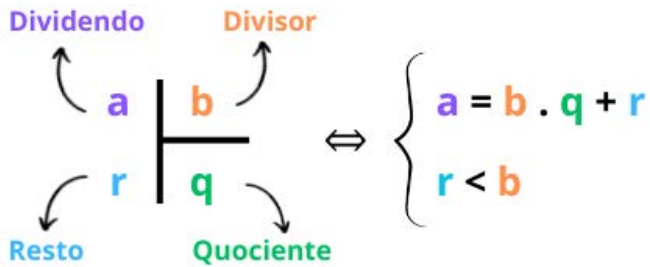
Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.

AMOSTRA



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

Exemplo: $45 : 9 = 5$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

Exemplo: $45 = 5 \times 9$

- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever $n \div 0 = q$ e isto significaria que $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995

(B) 7165

(C) 7532

(D) 7575

(E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

(A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.

(B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.

(C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

(D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

(E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS DE INTERNET E INTRANET. NOÇÕES BÁSICAS DE FERRAMENTAS, APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO. NAVEGADORES WEB (GOOGLE CHROME, EDGE E MOZILLA)

Internet

A internet é uma rede mundial de computadores, celulares e outros dispositivos interligados, permitindo a comunicação e o acesso a informações em escala global. Por meio dela, os usuários podem realizar pesquisas, trocar mensagens, compartilhar arquivos, acessar sistemas, fazer downloads e utilizar diversos serviços para trabalho, estudo e lazer.



Procedimentos de Internet e intranet

A intranet é uma rede privada utilizada dentro de uma organização, como empresas, escolas ou órgãos públicos. Ela funciona com tecnologias semelhantes às da internet, mas seu acesso é restrito aos usuários autorizados. A intranet é usada para compartilhar documentos internos, comunicados, sistemas corporativos e outras informações de uso exclusivo da instituição.

A extranet é uma extensão da intranet que permite o acesso controlado de usuários externos, como fornecedores, clientes ou parceiros. Dessa forma, é possível compartilhar informações e sistemas específicos com segurança, sem que esses dados fiquem disponíveis ao público em geral.

Sites

Uma coleção de páginas associadas a um endereço www. é chamada web site. Através de navegadores, conseguimos acessar web sites para operações diversas.

Links

O link nada mais é que uma referência a um documento, onde o usuário pode clicar. No caso da internet, o Link geralmente aponta para uma determinada página, pode apontar para um documento qualquer para se fazer o download ou simplesmente abrir.

Dentro deste contexto vamos relatar funcionalidades de alguns dos principais navegadores de internet: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.

► Internet Explorer 11



Identificar o ambiente



O Internet Explorer é um navegador desenvolvido pela Microsoft, no qual podemos acessar sites variados. É um navegador simplificado com muitos recursos novos.

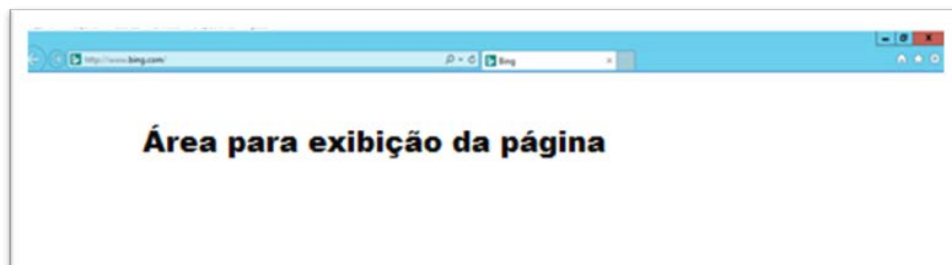
Dentro deste ambiente temos:

- **Funções de controle de privacidade:** Trata-se de funções que protegem e controlam seus dados pessoais coletados por sites;
- **Barra de pesquisas:** Esta barra permite que digitemos um endereço do site desejado. Na figura temos como exemplo: <https://www.gov.br/pt-br/>
- **Guias de navegação:** São guias separadas por sites aberto. No exemplo temos duas guias sendo que a do site <https://www.gov.br/pt-br/> está aberta.
- **Favoritos:** São pastas onde guardamos nossos sites favoritos
- **Ferramentas:** Permitem realizar diversas funções tais como: imprimir, acessar o histórico de navegação, configurações, dentre outras.

AMOSTRA

Desta forma o Internet Explorer 11, torna a navegação da internet muito mais agradável, com textos, elementos gráficos e vídeos que possibilitam ricas experiências para os usuários.

Características e componentes da janela principal do Internet Explorer



À primeira vista notamos uma grande área disponível para visualização, além de percebermos que a barra de ferramentas fica automaticamente desativada, possibilitando uma maior área de exibição.

Vamos destacar alguns pontos segundo as indicações da figura:

1. Voltar/Avançar página

Como o próprio nome diz, clicando neste botão voltamos página visitada anteriormente;

2. Barra de Endereços

Esta é a área principal, onde digitamos o endereço da página procurada;


3. Ícones para manipulação do endereço da URL

Estes ícones são pesquisar, atualizar ou fechar, dependendo da situação pode aparecer fechar ou atualizar.

4. Abas de Conteúdo

São mostradas as abas das páginas carregadas.

5. Página Inicial, favoritos, ferramentas, comentários

6.  Adicionar à barra de favoritos

► Mozilla Firefox



CONHECIMENTOS GERAIS

**NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O ESTADO E MUNICÍPIO:
ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS, ORGANIZAÇÃO
POLÍTICA, CULTURAL, ECONOMIA, EDUCAÇÃO,
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA, ESPORTE, RELIGIÃO,
SAÚDE, COMÉRCIO E TURISMO**

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

► Contexto Histórico: A Origem da “Cidade Santa”

A história de São José de Ribamar é uma fusão entre a colonização europeia, a resistência indígena e a profunda fé católica que moldou a identidade maranhense.

A Lenda e a Fundação

A tradição oral e os registros históricos apontam para o início do século XVII. Segundo a lenda mais célebre, um navio português que vinha de Lisboa em direção a São Luís desviou-se da rota e ficou à mercê de uma tempestade próxima à entrada da Baía de São José. Os tripulantes, vendo-se em perigo de naufrágio entre as rochas e bancos de areia, prometeram a São José que, se sobrevivessem, construiriam uma capela em sua honra na primeira terra firme que avistassem.

O navio milagrosamente se estabilizou. Ao desembarcarem na ponta da ilha, os marinheiros cumpriram a promessa, erguendo uma pequena ermida com a imagem do santo trazida da Europa.

O Desenvolvimento Urbano

Aldemento Indígena: Antes da chegada definitiva dos portugueses, a região era habitada por índios potiguaras e tupinambás. A catequização foi fundamental para o estabelecimento do povoado.

▪ **Evolução Administrativa:** O povoado cresceu em torno da igreja. Inicialmente pertencente ao território de São Luís, São José de Ribamar foi ganhando autonomia conforme a peregrinação religiosa aumentava.

▪ **Emancipação:** A vila foi elevada à categoria de cidade em 24 de setembro de 1952, desmembrando-se de São Luís. Desde então, celebra-se nesta data o aniversário do município.

O Patrimônio Religioso

O Santuário de São José de Ribamar não é apenas um prédio, mas o coração histórico da cidade. Ao longo dos séculos, quatro igrejas foram erguidas no mesmo local (as anteriores sucumbiram ao tempo ou ao avanço do mar), consolidando a cidade como um dos maiores polos de turismo religioso do Nordeste brasileiro.

► Aspectos Geográficos: Localização e Natureza

Localização Geográfica

São José de Ribamar ocupa uma posição estratégica na Ilha de Upaon-Açu (termo tupi que significa “Ilha Grande”), no litoral ocidental do Maranhão.

▪ **Região:** Integrante da Região Metropolitana de São Luís (Grande São Luís).

Limite:

▪ **Norte:** Oceano Atlântico.

▪ **Sul:** Baía de São José.

▪ **Leste:** Oceano Atlântico e Baía de São José.

▪ **Oeste:** Municípios de São Luís e Paço do Lumiar.

▪ **Distância da Capital:** Aproximadamente 32 km do centro de São Luís.

Relevo e Solo

O relevo é predominantemente de Baixa Planície Litorânea. A paisagem é composta por tabuleiros costeiros e áreas de sedimentação recente.

▪ **Solo:** Possui solos arenosos e latossolos, típicos de regiões costeiras, o que influencia tanto a vegetação quanto o tipo de construção civil na região.

Clima

O clima é classificado como Tropical Úmido (Megatérmico).

▪ **Estações:** Bem definidas pelo regime de chuvas. O período chuvoso ocorre geralmente de janeiro a junho, enquanto o período seco (estiagem) vai de julho a dezembro.

▪ **Temperatura:** Média anual elevada, oscilando entre 26°C e 32°C. A umidade relativa do ar é alta durante quase todo o ano devido à proximidade com o mar e a Floresta Amazônica (zona de transição).

Hidrografia

O município é cercado por águas. Além de ser banhado pela Baía de São José, possui diversos riachos e áreas de manguezal que são vitais para o ecossistema local. O regime de marés é um dos mais impressionantes do mundo, com variações que podem chegar a 7 metros, alterando drasticamente a paisagem das praias ao longo do dia.

Ecossistemas e Biodiversidade

São José de Ribamar está em uma zona de transição ambiental. Destacam-se:

▪ **Manguezais:** Berçários naturais para diversas espécies marinhas e fonte de renda para catadores de caranguejo.

AMOSTRA

- **Restinga:** Vegetação rasteira de areia, presente nas praias de Panaquatira e Araçagi.
- **Matas de Transição:** Fragmentos de vegetação que misturam características da Floresta Amazônica e da Mata dos Cocais.

► **Divisão Administrativa e Crescimento Populacional**

Diferente de cidades menores, Ribamar possui uma configuração curiosa:

- **Sede:** Onde fica o centro histórico e o Santuário.
- **Região das Vilas:** Áreas de expansão urbana densamente povoadas que fazem fronteira com São Luís e Paço do Lumiar (Ex: Maiobão, Parque Vitória, Cohatrac V). Esse crescimento transformou Ribamar na terceira cidade mais populosa do Maranhão, superando a marca de 170.000 habitantes (Censo IBGE).

Destaque para Apostila: O nome “Ribamar” deriva da expressão “Arriba o Mar” ou “Riba-Mar” (acima do mar), devido à localização da igreja original em um promontório (uma parte alta) de frente para a baía.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONOMIA

► **Organização Política e Administrativa**

A estrutura política de São José de Ribamar segue o modelo democrático brasileiro, dividida entre os poderes Executivo e Legislativo, com autonomia para gerir seus recursos e leis locais.

O Poder Executivo

É exercido pelo Prefeito, auxiliado pelo Vice-Prefeito e seu secretariado.

- **Função:** Administrar os serviços públicos (limpeza, iluminação, infraestrutura), arrecadar impostos e executar o orçamento municipal.
- **Sede Administrativa:** A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar coordena as políticas públicas voltadas para as diversas áreas do município, desde a Sede até as áreas de ocupação mais recente.

O Poder Legislativo

É representado pela Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos para mandatos de quatro anos.

- **Função:** Criar leis de interesse local, fiscalizar as contas do Poder Executivo e representar os anseios das comunidades (bairros e vilas).
- **Orçamento Participativo:** É uma ferramenta comum em grandes municípios maranhenses, visando ouvir a população sobre as prioridades de investimento.

Dinâmica das Divisões Territoriais

Um aspecto político importante de Ribamar é a sua extensão territorial e densidade. O município possui uma divisão “de fato” entre:

- **A Sede:** Foco administrativo, histórico e religioso.

- **A Região das Vilas (Estrada de Ribamar/MA-201):** Bairros como o Maiobão (um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina em sua fundação), que concentram grande parte do eleitorado e exigem uma logística política diferenciada devido à proximidade física com São Luís e Paço do Lumiar.

Economia: Diversidade e Potencial

São José de Ribamar possui a terceira maior economia do estado em termos de dinamismo populacional, baseando-se no setor de serviços, comércio e extrativismo.

► **Setor Terciário: Comércio e Serviços**

É o principal motor da economia ribamarense.

- **Comércio de Bairro:** No Maiobão e áreas adjacentes, o comércio é autossustentável, com supermercados, agências bancárias, farmácias e lojas de departamentos que atendem a milhares de pessoas diariamente.
- **Serviços de Turismo:** O fluxo deromeiros e turistas gera receita para hotéis, pousadas, restaurantes e lanchonetes, especialmente no Centro Histórico.

► **Setor Primário: Agricultura, Pecuária e Pesca**

Apesar da urbanização, o setor primário ainda é vital para a subsistência de muitas famílias e para o abastecimento local.

- **Pesca:** São José de Ribamar é um dos maiores entrepostos pesqueiros do Maranhão. A pesca artesanal é fortíssima, com destaque para a captura de camarão, caranguejo e peixes de água salgada (como a pescada e o serra). O Cais de Ribamar é o ponto central dessa movimentação.
- **Agricultura:** Focada na agricultura familiar e em cinturões verdes. Destaca-se a produção de hortaliças, frutas cítricas, mandioca (para farinha) e coco.
- **Pecuária:** Possui um caráter mais extensivo e de pequeno porte, com criação de bovinos, suínos e aves, voltada para o consumo interno e mercados da região metropolitana.

► **Setor Secundário: Indústria**

A indústria em Ribamar está em fase de expansão, focada principalmente em:

- **Construção Civil:** Devido ao constante crescimento populacional e surgimento de novos condomínios e loteamentos.
- **Pequenas Indústrias:** Processamento de alimentos, panificação e pequenas fábricas de materiais de construção (tijolos e telhas).

Desafios Econômicos e Integração Metropolitana

Por estar integrada à Região Metropolitana, a economia de Ribamar sofre o fenômeno da “Cidade Dormitório” em alguns bairros, onde os moradores trabalham em São Luís, mas consomem e residem em Ribamar.

IPTU e ISS: São as principais fontes de arrecadação própria do município.

Royalties e Repasses: Como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é proporcional ao tamanho da população.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Guarda Civil Municipal – Segurança Municipal De Fiscalização De Trânsito

ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS (LEI FEDERAL Nº 13.022/2014)

LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. (Vide ADPF 995)

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; Regulamento

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; Regulamento

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; Regulamento

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

AMOSTRA

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento. Regulamento

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

Art. 7º As guardas municipais não poderão ter efetivo superior a:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) da população, em Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - 0,3% (três décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso I;

III - 0,2% (dois décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso II.

Parágrafo único. Se houver redução da população referida em censo ou estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é garantida a preservação do efetivo existente, o qual deverá ser ajustado à variação populacional, nos termos de lei municipal.

Art. 8º Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Art. 9º A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.

CAPÍTULO V DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA

Art. 10. São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível médio completo de escolaridade;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física, mental e psicológica; e

VII - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

Parágrafo único. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

CAPÍTULO VI DA CAPACITAÇÃO

Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Art. 12. É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º.

§ 1º Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.

§ 3º O órgão referido no § 2º não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE

Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:

I - controle interno, exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro; e

II - controle externo, exercido por ouvidoria, independente em relação à direção da respectiva guarda, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

§ 1º O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos.

§ 2º Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei municipal.

Art. 14. Para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 13, a guarda municipal terá código de conduta próprio, conforme dispuser lei municipal.

Parágrafo único. As guardas municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

